

Questões ambientais e as micro e pequenas empresas: Uma análise das relações ambientais no meio empresarial

Environmental issues and micro and small companies: An analysis of environmental relations in the business environment

Cuestiones ambientales y micro y pequeñas empresas: un análisis de las relaciones ambientales en el entorno empresarial

Geisabelle Nascimento Cabral Leite

Graduanda em Geografia Licenciatura, UEMA, Brasil
Belleleite40@gmail.com

Regina Célia de Castro Pereira

Professora Doutora, UEMA, Brasil.
reghinacoeli@gmail.com

Sarah Salvino Torres

Graduanda em Geografia Bacharelado, UEMA, Brasil.
sarahsalvino65@gmail.com

RESUMO

Os problemas ambientais nunca antes foram tão emergentes e fazer algo a respeito é necessário. Considerando que as empresas são um dos maiores agentes poluidores e geradores de resíduos, sua participação se apresenta como uma das principais na construção de uma sociedade mais sustentável. Nesse sentido, o que encontramos são várias campanhas objetivando conscientizar e trabalhar gestão ambiental e outros aspectos, porém, sem termos certeza se os resultados são efetivos. Diante disso, esse trabalho encontra-se em fase de desenvolvimento e tem o objetivo de analisar as estratégias para sustentabilidade de micro e pequenas empresas no município de São Luís do Maranhão. Foi elaborado a partir da pesquisa bibliográfica seguindo as etapas da formulação do problema, seleção de textos, avaliação dos textos, análise e interpretação e redação. Os resultados parciais delinearam a noção conceitual de sustentabilidade, micro e pequenas empresas, logística reversa, entre outros. As considerações parciais demonstram que o conceito de sustentabilidade é apontado como contraditório e que há muita dificuldade na identificação de dados sobre as micro e pequenas empresas.

PALAVRAS-CHAVE: Micro e Pequenas Empresas; Logística Reversa; Problemas Ambientais.

ABSTRACT

The environmental problems never were so emergent and doing something about it is necessary. Considering that the companies are one the biggest polluting agents and waste generators, your participation presents as one of the main elements in the construction of a sustainable society. In that regard, what we find are several campaigns aimed at raising awareness and work on environmental management and other aspects, but, without being sure that the results are effective. That said, this work is in development phase and has the purpose of analyzing the strategies for sustainability of micro and small companies in the city of São Luis of Maranhão. Was elaborated from the Bibliographical research following the steps of the formulation of the problem, selection of texts, texts evaluations, analysis, interpretation and essay. The partial results outlined the conceptual notion of sustainability, micro and small companies, reverse logic, among others. The partial considerations demonstrate that the concept of sustainability is seen as contradictory and that it is very difficult to identify data on micro and small companies.

KEYWORDS: Micro and Small Companies; Reverse logistic; Environmental problems.

RESUMEN

Los problemas medioambientales nunca antes habían sido tan emergentes y hacer algo al respecto es necesario. Considerando que las empresas son uno de los mayores agentes contaminantes y generadores de residuos, su participación es una de las principales en la construcción de una sociedad más sostenible. En este sentido, lo que encontramos son varias campañas con el objetivo de sensibilizar y trabajar en la gestión ambiental y otros aspectos, sin embargo, sin estar seguros de si los resultados son eficaces. Por lo tanto, este trabajo está en desarrollo y tiene como objetivo analizar las estrategias de sostenibilidad de las micro y pequeñas empresas en el municipio de São Luís do Maranhão. Se desarrolló a partir de la investigación bibliográfica siguiendo las etapas de formulación del problema, selección de textos, evaluación de textos, análisis e interpretación y redacción. Los resultados parciales esbozaron la noción conceptual de sostenibilidad, micro y pequeñas empresas, logística inversa, entre otros. Las consideraciones parciales muestran que el concepto de sostenibilidad se señala como contradictorio y que hay mucha dificultad para identificar datos sobre micro y pequeñas empresas.

PALABRAS CLAVE: Microempresas y pequeñas empresas; logística inversa; problemas medioambientales.

1 INTRODUÇÃO

O surgimento do movimento ambientalista e da preocupação com a questão ambiental, se deu de formas muito distintas pelo planeta, cada lugar tinha sua especificidade e teve a preocupação ambiental surgida de suas necessidades particulares. Contudo, podemos considerar a Revolução Industrial no sec. XVIII, posteriormente seguida da explosão das duas bombas nucleares no sec. XX, como marcos históricos para expansão do movimento ambientalista de forma mais unificada e global. A partir desse ponto, a sociedade passou a refletir mais abertamente sobre a forma como se relacionava com o planeta, bem como repensar alguns hábitos e costumes, na medida em que, a partir da década de 1960, grupos de ambientalistas surgiram, e, através de movimentos populares, denúncias, manifestações na arte e cultura, buscaram alternativas para um modelo produtivo mais justo e menos prejudicial ao planeta.

Notadamente a passagem do sistema de produção da manufatura para a maquinofatura, foi responsável por um conjunto de transformações na sociedade, alterando a lógica da produção, das relações sociais e de tudo o que a ela está relacionado, ressalta-se que na perspectiva ambiental, houve maior geração de bens e, conseqüentemente, maior consumo de matérias-primas, bem como aumento de resíduos e rejeitos, a partir desse momento, constituiu-se a relação de intensa pressão sobre a natureza e seu equilíbrio, estruturando-se a necessidade de se pensar uma consciência ambiental. Para Figueiró (2015, p.118) vive-se a sexta extinção das espécies, que está assentada sobre a sociedade humana e seu projeto de desenvolvimento.

A crise ambiental local e global sempre foi alvo dos debates mais antigos que se possa imaginar, David Harvey (1981, p.17) transcrevendo Marx apresentava: “A natureza torna-se [...] simplesmente um objeto para a espécie humana, meramente um material de utilidade; ela deixa de ser reconhecida como um potencial por direito próprio”. Em outras palavras, a relação que o capital adotou com o meio, de forma exploratória, trouxe os primeiros reflexos de que se as circunstâncias continuassem da mesma forma a situação tenderia a piorar cada vez mais.

Ainda sob a ideia da ação antrópica na natureza Becker (1992, p.136), declara que a “sociedade e natureza foram tratadas como estoques, cujos fluxos deveriam ser dinamizados através do incremento da mobilidade do trabalho, da incorporação de novas terras e da extração em larga escala dos recursos minerais e energéticos”. A degradação ambiental decorrente dessa exploração sem limites nos trouxe ao cenário preocupante atual e seguimos tentando soluções.

No Brasil, antes de 1990 as ações ambientais possuíam uma dinâmica bissetorial, ou estavam com foco nos setores não governamentais ou nos governamentais. Posterior a década de 1990, o movimento adotou a lógica multissetorial e o passou a ser um poder social com múltiplas faces (BERTÉ e FILHO, 2013, p. 188). Neste contexto, a referida década foi caracterizada como a década das legislações ambientais e da institucionalização de órgãos ambientais nas esferas federal, estadual e municipal, bem como de investimentos na profissionalização de pessoas nas áreas ambientais.

A consolidação do movimento ambientalista definitivamente trouxe alguns conceitos para o vocabulário que se tornaram cruciais nos debates ambientais e um deles, que para fins

dessa pesquisa em específico, se torna consideravelmente relevante, é o de desenvolvimento sustentável que Berté e Filho (2013, p. 193) explicam:

Indubitavelmente, o conceito de “desenvolvimento sustentável” proposto pelo Relatório Brundtland, em 1987, e visto com desconfiança em 1992 pelas lideranças que ainda não se sentiam à vontade com ele, uma década depois, em 1997, era o conceito-âncora do discurso oficial dos ambientalistas, qual fosse o setor prospectado. Falar de desenvolvimento sustentável se tornou “politicamente correto”. (BERTÉ; FILHO, 2013, p. 193)

A definição mais aceita para desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro. Vale destacar que essa definição surgiu na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas para discutir e propor meios de harmonizar dois objetivos: o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental (WWF, 2023).

Segundo Boff (2017) a sustentabilidade significa o conjunto de processos e ações que se destinam a manter a vitalidade e a integridade da mãe Terra. Como compreende questões de ordem econômica, política e ecológica, há em toda as suas proposições, críticas se é realmente efetiva ou se não passa de um discurso.

Em se tratando do sistema econômico atual da nossa sociedade - o capitalismo - Tavares (1988), explana o padrão de alcance de bem-estar total baseado em uma busca individual fundamentada em interesses particulares, o que ocasionalmente gera atritos e conflitos de interesses, visto que, se o indivíduo pensa apenas em suas necessidades individuais, ele não vai pensar em preservação de recursos para as gerações futuras. Podemos analisar como isso diverge totalmente da ideia de desenvolvimento sustentável, que seria exatamente o contrário deste pensamento egocêntrico no padrão de consumo da sociedade.

Quando entramos na área dos negócios, o desempenho econômico, mediante a configuração do mundo atual, se apresenta como um dos fatores necessários no processo de legitimação de uma empresa. O papel ambiental e o resultado positivo dos serviços tanto para a natureza, quanto para os próprios funcionários, devem ser satisfatórios no sentido de agregar qualidade ambiental e de vida para aprovação do público em geral (DEEGAN; RANKIN, 1997).

As indústrias, e mesmo as empresas dos outros setores econômicos, podem optar por terceirizar as responsabilidades sociais e ambientais do empreendimento, como a questão da geração e destinação dos resíduos sólidos e tratamento de efluentes. Sobre tais responsabilidades, Prochnow (1981, p. 111-112), nos explica:

As indústrias acabam achando natural empurrar muitos custos provenientes de suas operações para o público arcar com eles. Sem dúvida, fazer com que as empresas assumam os custos sociais, advindos de suas atividades industriais é um desafio à nossa economia capitalista (PROCHNOW, 1981, P,111-112).

Os problemas ambientais nunca foram tão comuns, e a necessidade de fazer algo a respeito é urgente, visto a precariedade da qualidade ambiental e da vida humana, esses

problemas envolvem colaboração interdisciplinar considerando sua abrangência global (Troppmair, 1983, p.27).

Nesse sentido, a educação ambiental deve buscar sua eterna recriação, avaliando seu próprio caminhar na direção da convivência coletiva e da relação da sociedade diante do mundo (SATO, 2002, p. 12) e principalmente no que diz respeito à condição da sensibilização no mundo empresarial. Com estratégias disponíveis aos cidadãos e às instituições se coloca com um dos caminhos à sustentabilidade.

Um fator interessante a se considerar, é a natureza dos problemas ambientais ocorrentes nos diferentes grupos de países (desenvolvidos e em desenvolvimento) sustentando um antigo debate sobre quem mais destrói e/ou quem mais conserva. Tavares (1988, p.17), explica que o fato de a sociedade ser mais integrada em movimentos sociais e políticos nos países desenvolvidos, se dá pelos diferentes contextos históricos e pela própria instrução da população, maior nível de escolaridade e afins. Enquanto isso, no Brasil, há alto índice de analfabetismo e condições precárias de vida para uma parcela da população, isso reflete diretamente em como a população vai conseguir encarar as questões socioambientais locais e posteriormente globais. Ainda sobre esse aspecto Monteiro (1981, p.110) destaca:

Não há quem deixe de reconhecer na falta de educação dos “marginais” um dos fatores de ataque à natureza. Mas é preciso lembrar que, como marginais de todas as formas de ação econômica, eles não possuem terras nem tomam decisões sobre ela. Sua preocupação básica é a de sobreviver. Que respeito ou preocupação com a natureza pode ter quem está faminto ou ignorante? O reconhecimento do povo, o soerguimento econômico das massas, não são apenas medidas de justiça social, mas, também, uma via para ajudar que o ambiente terrestre seja respeitado devidamente. (MONTEIRO, 1981, p. 110)

Diante disso, esse trabalho encontra-se em fase de desenvolvimento e busca fazer um apanhado do processo que envolve as questões ambientais no Brasil, com um referencial bibliográfico geral apoiado em leis, pesquisas científicas e bancos de dados de instituições que trabalham para atender a área empresarial. Seu objetivo é analisar as estratégias para sustentabilidade de micro e pequenas empresas no município de São Luís do Maranhão e propor ideias para solucionar problemas da categoria. Pretende-se com essa pesquisa identificar se há políticas públicas no município de São Luís voltadas às estratégias de sustentabilidade empresarial ou mesmo um sistema de fiscalização e controle para cumprimento das leis ambientais, ao mesmo tempo em que se possa conhecer as dificuldades das referidas empresas, bem como potenciais a serem valorizados e gerarem bons resultados na questão da sustentabilidade nas empresas.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

- Analisar as estratégias para sustentabilidade de pequenas e médias empresas no município de São Luís.

2.2 Objetivos específicos

- Caracterizar as políticas estaduais e municipais para sustentabilidade no setor empresarial de São Luís/MA.
- Catalogar as pequenas e médias empresas de São Luís/MA.
- Conhecer as práticas sustentáveis disponíveis a pequenas e médias empresas em suas atividades.
- Apontar os obstáculos à sustentabilidade empresarial em São Luís.

3 METODOLOGIA

A referida pesquisa encontra-se em fase de desenvolvimento e nesse primeiro ano de atividades, realiza-se uma ampla pesquisa bibliográfica sobre o objeto de estudo, ou seja, identificar na literatura aspectos sobre a sustentabilidade voltada ao setor empresarial. A conjuntura desse setor econômico no município de São Luís/MA, seus avanços e desafios e os diálogos com as estratégias para a conservação na natureza. Para tanto são realizadas pesquisas em livros e artigos científicos, além de sites credenciados de entidades públicas ou privadas.

Após as leituras dos materiais, são seguidas as orientações de Cooper (1984 apud MOREIRA; CALEFFE, 2008) para realização de pesquisas teóricas, as quais compreendem: a formulação do problema, a seleção de textos, a avaliação dos textos; a análise e interpretação e redação. Seguindo tais etapas, apresenta-se nesse artigo os resultados parciais da referida pesquisa.

4 RESULTADOS

O consumismo, caracterizado como o consumo ilimitado de bens duráveis/artigos supérfluos, segundo o Oxford Languages, não somente em sua forma de bens materiais, mas também serviços e outros da categoria, se apresenta como um dos principais agentes quando nos referimos aos problemas ambientais. Barbosa (1983, p. 52-53), explica que “na sociedade industrial avançada o aparelho tecnológico funciona como um sistema que determina ‘a priori’ o que produzir, o que consumir [...]” moldando assim um padrão de estilo de vida e garantindo sua expansão e manutenção no controle do modo de vida da sociedade. Ademais, Tavares (1988, p.6) salienta “se o efeito ambiental é decorrente da produção e a produção decorrente do consumo, os impactos ambientais podem ser apontados como consequência do padrão de consumo da sociedade”, ou seja, os padrões de comportamentos guiados pela manipulação do aparelho tecnológico estão criando uma rotina de costumes totalmente prejudiciais à saúde socioambiental do planeta.

Os indivíduos estão gradativamente repensando suas condutas depois de todos os danos que a ação antrópica causou ao planeta, isso requer mudança de comportamento individual e consciência ambiental por parte da sociedade. Contudo, somente o engajamento por parte dos consumidores em mudar o cenário não será suficiente, precisamos de uma mudança também por parte das maiores poluidoras, as empresas, que fazem os produtos para estes mesmos consumidores. Se não houver comprometimento das empresas na redução dos

impactos ambientais pouco vai importar consciência ambiental dos indivíduos. Por essa razão o trabalho deve ser conjunto no sentido de modificar os padrões de produção e consumo para gerar um ciclo benéfico que favorece a todos os envolvidos (BERTÉ; FILHO, 2013, p. 118-119).

Se a lógica da acumulação presidiu até hoje os processos de desenvolvimento, um desenvolvimento que nos leva a uma destruição apocalíptica, necessitamos de novas categorias interpretativas e de novos valores que nos obriguem a construir os instrumentos de intervenção mais idôneos para a conquista da sociedade sustentável que buscamos (GUTIÉRREZ; PRADO, 1999, p. 34).

Nesse cenário, muitas são as iniciativas por parte de algumas instituições e mesmo do governo de realizar campanhas educativas para os setores empresariais a fim de conscientizar sobre os impactos ambientais negativos que os mesmos causam, contudo precisamos de mais do que apenas a parte teórica e sim de uma fiscalização para saber se realmente houve algum efeito positivo no sentido do tema das campanhas específicas, caso contrário nos encontramos com um aglomerado de propostas e ideias para “salvar o planeta”, mas que no fim não possuem valor efetivo pois não fazem diferença para fins da diminuição de impactos negativos.

O município de São Luís, capital do estado do Maranhão, recorte dessa pesquisa, tem aproximadamente 1.014.837 habitantes (IBGE, 2010), com uma estimativa de 1.115.932 para 2021. Dessa população, segundo pesquisas do IBGE (2020), cerca de 343.620 pessoas estão empregadas, recebendo remuneração, nas 22.434 empresas licenciadas no Estado, que contam ainda com 28.320 trabalhadores não remunerados.

Sobre a caracterização das empresas no referido município, destaca-se que estão regularizadas e classificadas de acordo com seu porte. O Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela LC Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, define e regulariza a situação das micro e pequenas empresas para fins burocráticos e outros, procurando estabilizar os direitos e deveres dos empresários dessa categoria. As empresas caracterizadas por seu faturamento anual estão descritas na tabela 1 e se consideradas por número de funcionários, descritas na tabela 2.

Tabela 1 - Classificação do porte das empresas por faturamento anual.

Porte	Faturamento anual
Microempresa (ME)	R\$ 360.000,00
Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 4,8 milhões

Fonte: Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Tabela 2 - Classificação do porte das empresas por número de funcionários.

Porte	Comércio e serviços	Indústria
Microempresa (ME)	Até 9 empregados	Até 19 empregados
Empresa de Pequeno Porte (EPP)	De 10 a 49 empregados	De 20 a 99 empregados
Empresa de médio porte	De 50 a 99 empregados	De 100 a 499 empregados
Grandes empresas	100 ou mais empregados	500 ou mais empregados

Fonte: SEBRAE-NA/ Dieese. Anuário do trabalho na micro e pequena empresa 2013, p. 17.

Ademais, podem existir condições especiais em que as empresas ficam sem um enquadramento por situações específicas ou têm classificações de porte empresarial por outros

modelos, como o da ANVISA ou IBGE, por exemplo. Vale ressaltar que as micro e pequenas empresas também podem ser classificadas por outros modelos que não só os apresentados nesse trabalho.

Quando tratamos do sistema de tributação para as micro e pequenas empresas tivemos a facilitação do processo por meio da criação do Super Simples, um regime de tributação para empresas desse porte. Desse modo o sistema de cobrança de tributos ficou mais simples e a gestão empresarial menos complexa. Assim, os tributos referentes às questões ambientais também ficaram mais simples de serem fiscalizados e as empresas podem pagar as taxas correspondentes aos seus usos.

Se tratando de licenciamento ambiental, também temos regulamentos específicos para as micro e pequenas empresas, de acordo com a lei 6.938/81, que define dentre outros fatores quem deve pagar a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), as micro e pequenas empresas pagam suas respectivas taxas por trimestre de acordo com seu grau de utilização de recursos naturais (tabela 3).

Tabela 3 – Valores em reais, devidos a títulos de TCFA por estabelecimento por trimestre.

Potencial de poluição, Grau de utilização de Recursos Naturais	Pessoa Física (R\$)	Microempresa (R\$)	Empresa de Pequeno Porte (R\$)
Pequeno	-	-	112,50
Médio	-	-	180,00
Alto	-	50,00	225,00

Fonte: Lei 6.938/81 (adaptado)

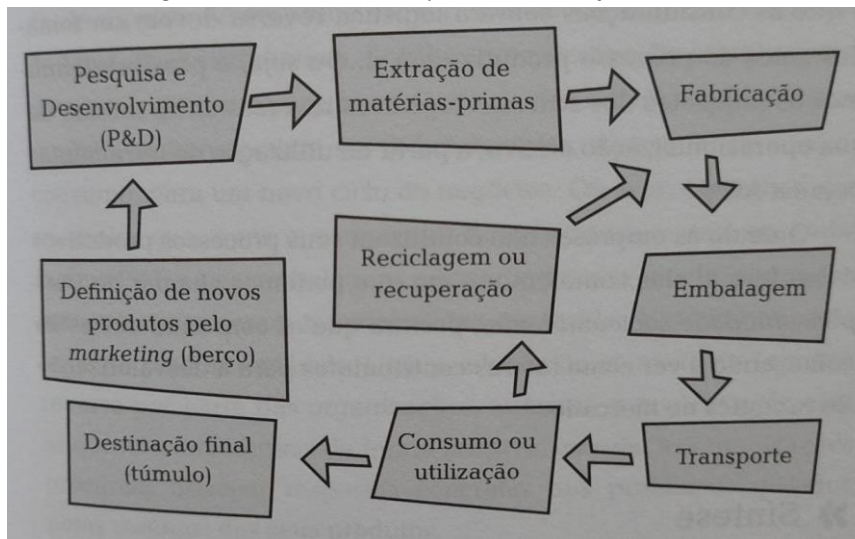
Diante da perspectiva de melhoramento das relações do meio com o homem, como ideia plausível para adoção por parte das empresas, uma das soluções viáveis e adequadas seria o uso da logística reversa, que se apresenta como “o processo de planejamento, execução e controle da eficiência, do custo efetivo do fluxo de matérias-primas, produtos em processo, de bens acabados, bem como de relações de informações, do ponto de consumo para o ponto de origem com propósito de recuperar o valor para o material ou de descartá-lo da forma adequada [...] mais precisamente o processo de movimentação de bens para o destino final com o objetivo de recuperar o valor dos bens ou, senão, eliminá-los adequadamente” segundo Berté e Filho (2013, p. 63) usando o conceito do Reverse Logistics Executive Council (RLEC), órgão de referência mundial para o tema.

Berté e Filho (2013, p. 57) parafraseando Cardoso (2006), falam sobre a emergência da logística reversa em meio à crise ambiental, ainda pouco explorada, mas que a cada dia que passa vem sendo mais difundida. Essa difusão tem ganhado força tanto pelos aspectos de apelo ambiental, vertente que o autor chama de foco ambiental, quanto por redução potencial de custos, que o autor caracteriza como foco econômico-ambiental, ou seja, uma saída ambientalmente amigável que não vai trazer prejuízos para as empresas que adotarem.

Com a sociedade se preocupando mais com as questões ambientais e cobrando mais das empresas, adotar a logística reversa leva as empresas a saírem melhor na concorrência pois “gera ganhos de imagem pelo fato de que os clientes valorizam empresas que apresentam políticas de retorno de produtos” os chamados “ganhos proporcionados pelo marketing

socioambiental” (BERTÉ; FILHO, 2013, p. 73). O ciclo de vida dos produtos na logística reversa pode ser observado na figura 1 retirada do livro “O reverso da Logística” de Berté e Filho, 2013.

Figura 1 - O ciclo de vida dos produtos “do berço ao túmulo”



Fonte: Livro “O reverso da logística” de Berté e Filho, 2013.

O 12º Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Consumo e Produção responsáveis – trata em vários aspectos das metas para garantir padrões de consumo e desenvolvimento sustentáveis. No subtópico 12.5 temos um ponto em específico, mais adequado para a temática específica desta pesquisa, que diz: “até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso”. Não destoante do que está sendo exposto desde o início, o caminho mais adequado é gerir os resíduos gerados da melhor maneira possível para reduzir os impactos ambientais negativos. A sociedade não pode parar de consumir, mas deve escolher a melhor forma de fazer isso, tratando do “antes, durante e depois do consumo”.

Uma matéria da CNN Brasil utilizando dados do SEBRAE e Ministério da Economia mostrou que os pequenos negócios foram responsáveis por 71,8% dos empregos gerados em um período que compreendeu de Julho de 2020 a Julho de 2021, isso equivaleu ao triplo do que as médias e grandes empresas geraram no mesmo período, outras pesquisas recentes mostram que esse número das micro e pequenas vem sendo cada vez mais positivo.

No subtópico 12.6 do ODS 12 temos: “incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios”. Uma questão interessante de se destacar se encontra no fato de que mesmo causando menos impactos ambientais negativos, em comparação com as médias e grandes empresas, as micro e pequenas empresas se preocupam mais com a natureza e tem mais responsabilidade socioambiental. Em Janeiro de 2020, o site ReciclaSampa publicou uma matéria com dados do SEBRAE que possuía uma sessão que apontava alguns dos principais motivos dos pequenos empresários decidirem ser mais sustentáveis, o resultado foi que a preservação ambiental estava com 67% das preocupações, a redução de custos com 20%, o marketing e propaganda para a empresa com 3% e o

cumprimento da legislação com 2% do total. Diante disso, podemos observar uma tendência mais humanizada nas preocupações, mesmo se tratando de negócios ainda observamos uma preocupação real com o futuro do planeta. Se considerarmos que depois da pandemia da COVID-19 as pessoas ficaram ainda mais sensíveis às causas ambientais, a tendência desses números positivos é aumentar.

O fato do ODS 12 destacar que “especialmente as empresas grandes e transnacionais [...] adotar práticas sustentáveis” implica no fato de que mesmo sendo as causadoras dos maiores impactos ambientais e não raramente das catástrofes ambientais, como derramamento de petróleo e rompimento de barragens, são as mais relutantes quando falamos em desenvolvimento sustentável, não surpreendentemente as micro e pequenas empresas saem na frente nesse aspecto.

De acordo com DONAIRE (1995, p.11), “um dos componentes importantes dessa reviravolta nos modos de pensar e agir foi o crescimento da consciência ecológica, na sociedade, no governo e nas próprias empresas, que passaram a incorporar essa orientação em suas estratégias”. Em outras palavras, a sociedade estava mudando de comportamento e as empresas precisavam acompanhar para não perder seus clientes.

Por fim, precisamos falar com a Terra, compreende-la, experimenta-la. É necessário submergir nela, viver com ela, participar de seu futuro, ser parte integrante dela mesma. [...] Dessa dimensão cósmica se impõe um primeiro imperativo: conhecer a Terra como sendo um planeta do qual fazemos parte. Não é um ser estranho e distante; é nossa casa, é o lugar onde vivemos e convivemos (GUTIÉRREZ; PRADO, 1999, p. 121-122).

5 CONCLUSÃO

Considerando o cenário moderno, implementar ações efetivas de sustentabilidade pode ser uma tarefa muito trabalhosa, porém com as ferramentas adequadas e a fiscalização constante se torna possível chegar a um resultado eficaz.

Na pesquisa sobre a categoria sustentabilidade encontram-se diferentes pontos de vistas, entre os quais, há os autores que defendem tal noção, bem como há aqueles que tecem críticas, sobretudo em relação à contradição da necessária e crescente produção capitalista, diante da necessidade do uso sustentável dos recursos naturais. Tal aspecto, constitui muito mais, o motor para que mais conhecimento sobre tal questão sejam produzidos e tragam respostas a tais dificuldades.

Durante a construção desse trabalho houve dificuldades, o fato de não haver um órgão específico que possua o cadastro de todas as empresas para consulta pública, isto dificulta que a obtenção de dados a respeito do desempenho das empresas ou mesmo separá-las por categorias. Nesse sentido, a falta no quesito de catalogação das micro e pequenas empresas, e mesmo de outros portes, interfere nas pesquisas.

Por fim, vale destacar que o porte de uma empresa nunca será uma justificativa para que ela seja ou não sustentável, visto que observamos o maior engajamento na causa por parte de micro e pequenas empresas e mesmo assim elas são as que mais geram empregos, o que nos faz cair na outra questão, preocupação ambiental e social andam juntas e para um planeta ambientalmente saudável, precisamos de justiça social. Assim, seguimos na árdua tarefa de

tornar o setor empresarial mais “verde” a fim de preservar a saúde do planeta e zelar pelas próximas gerações. A motivação mundial em alcançar os 17 ODS, e dentre eles, haver um que trata especificamente de incentivar as empresas a adotarem padrões de consumo e produção mais sustentáveis, acolhe a intensão dessa pesquisa, que se propõe a identificar as brechas entre tudo que está posto em prol da sustentabilidade nas empresas e a realidade de ausências das ações.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

- BARBOSA, I. C. **O período técnico-científico e a organização do espaço**. In: SIMPÓSIO TEORIA E ENSINO DA GEOGRAFIA. Belo Horizonte: Seso – MEC e UFMG, 1983.
- BRASIL. **Lei Complementar Nº 123**, de 14 de Dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2006.
- BRASIL. **Lei Nº 6.938**, de 31 de Agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1981.
- BERTÉ, Rodrigo; FILHO, R. Edelvino. **O reverso da logística e as questões ambientais no Brasil**. 1ª Edição. Curitiba: Editora Intersaberes, 2013.
- BECKER, B. **Repensando a questão ambiental no Brasil a partir da geografia política**. In: LEAL, M. C. et al (org): Saúde, ambiente e desenvolvimento: uma análise interdisciplinar. São Paulo/Rio de Janeiro, Hucitec – Abrasco, 1992.
- BOFF, L. **Sustentabilidade. O que é. O que não é**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- CONTABILIZEI.BLOG. **Porte de Empresa: Quais são as classificações? Veja como é definido nas diferentes instituições**. Contabilizei.blog, 2023. Disponível em: <https://www.contabilizei.com.br/contabilidadeonline/portedeempresa>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2023.
- CNN Brasil. **Pequenos negócios geram 72% dos empregos com carteira assinada no país**. CNN Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/pequenos-negocios-geram-72-dos-empregos-com-carteira-assinada-no-pais/>. Acesso em: 10 de Fevereiro de 2023.
- DEEGAN, Craig; RANKIN, Michaela. **The materiality of environmental information to users of annual reports**. Accounting, Auditing & Accountability Journal, v. 10, n. 4, p. 562-583, 1997. doi:10.1108/09513579710367485
- DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa**. São Paulo: Atlas, 1995.
- FIGUEIRÓ, Adriano. **Biogeografia: dinâmicas e transformações da natureza**. São Paulo: Oficina de Textos, 2015. 384 p.
- GUTIÉRREZ, F.; PRADO, C. **Ecopedagogia e Cidadania Planetária**. São Paulo: Cortez Editora, 1999.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- POCHNOW, M. C. R. **A qualidade das águas na bacia do rio Piracicaba**. 1981. Dissertação de mestrado – UNESP, 1981.
- O que é desenvolvimento sustentável?**. WWF Brasil, 2023. Disponível em: https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/. Acesso em: 15 de Março de 2023.
- OXFORD LANGUAGES AND GOOGLE. **Consumismo**. Oxford Languages and Google, 2023. Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2023.
- TROPPEMAR, M. **Ecossistemas e geossistemas do estado de São Paulo**. Boletim de geografia teórica – p. 27-36. Rio Claro, 1983.

MONTEIRO, C. A. de F. **A questão ambiental no Brasil – 1960 – 1980**. São Paulo, IGEOG – USP, 1981.

Nações Unidas Brasil. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Nações Unidas Brasil, 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/12>. Acesso em: 10 de Fevereiro de 2023.

ReciclaSampa. **Micro e pequenos negócios movimentam a sustentabilidade no Brasil**. ReciclaSampa, 2023. Disponível em: <https://www.reciclasampa.com.br/artigo/micro-e-pequenos-negocios-movimentam-a-sustentabilidade-do-brasil>. Acesso em: 10 de Fevereiro de 2023.

SATO, Michèle. **Educação Ambiental**. São Carlos, RiMa, 2002.